

A Política Social na América Latina e na União Europeia
por Irena BELOHORSKÁ

Delegação a Lima, 14-17 de Junho de 2005

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Na minha breve comunicação, gostaria de abordar algumas questões relativas à política social. Considero que o diálogo permanente entre a UE e os países latino-americanos neste domínio reveste uma extrema importância para ambos os lados. Pese embora o facto de haver grandes diferenças entre os nossos continentes, acredito que podemos encontrar muitos pontos comuns e que a experiência europeia poderá, talvez, servir de modelo para a América Latina.

A Europa possui uma experiência considerável neste campo, uma vez que enfrentou igualmente um desafio semelhante durante o seu próprio processo de integração, nomeadamente no que se refere à integração de regiões com disparidades económicas profundas. Há grandes diferenças entre os países da União Europeia, especialmente agora, após o alargamento. Essas diferenças podem ser observadas não só na União Europeia no seu conjunto mas também no interior dos próprios Estados-Membros. No meu país de origem, a **Eslováquia**, leva apenas 6 horas de comboio para ir da capital, onde o nível de vida está acima da média da UE e o desemprego é de 3%, à parte mais pobre do país, na parte oriental, onde o desemprego é de mais de 20% e não há acesso a água potável em algumas regiões. A Eslováquia entrou para a UE no ano passado como um dos países menos desenvolvidos em termos de situação social e económica; tinha uma taxa de

desemprego muito elevada (que ainda é a segunda mais alta da UE). Contudo, introduzimos muitas reformas no sistema de segurança social e de pensões, modificámos a nossa legislação laboral e agora o meu país é considerado frequentemente o "Tigre da Europa de Leste".

Os países da América Latina são muito heterogéneos, o que torna a situação ainda mais complexa. Contudo, há uma relação directa entre **desigualdade** e **pobreza** e entre progresso económico e **crescimento**. A exclusão social é simultaneamente uma causa e uma consequência dessa desigualdade. Nos países latino-americanos, torna-se cada vez mais evidente que a pobreza está ligada às **origens étnicas e raciais**. As grandes disparidades entre condições sociais, entre níveis de vida, entre as regiões no interior dos países, entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre população indígena e não indígena abrandam o processo de desenvolvimento económico. A população socialmente excluída na região com base no género, na idade, na raça, na origem étnica, na deficiência, no HIV/SIDA etc., depara-se com desvantagens comuns.

A distribuição da **educação** é um dos mais importantes aspectos que afectam o crescimento. Embora as taxas variem de um país para outro, as estatísticas mostram que a escolaridade média para a parte mais pobre da população é de apenas 4 anos, enquanto que para a parte mais rica é de 10 anos. A percentagem de matrículas na escola primária é inferior para as crianças das famílias indígenas.

A melhoria da baixa produtividade dos trabalhadores pobres e excluídos, que em muitos países representam mais de metade da mão-de-obra, deveria ser fundamental para aumentar o crescimento da região. Há uma significativa **segmentação do mercado** de trabalho. Os trabalhadores rurais ganham quase 30% menos do que os trabalhadores urbanos e as mulheres ganham 25% menos do que os homens.

Outro desafio que os países latino-americanos enfrentam é o do **acesso aos serviços básicos**. Nas comunidades pobres, esse acesso é frequentemente insuficiente. Tal está estreitamente relacionado com a organização da saúde. Os sistemas de saúde desempenham um papel-chave não só no combate às doenças e ao risco de pobreza mas também na criação de coesão social, de uma mão-de-obra produtiva, de emprego e, por conseguinte, de crescimento económico. Está demonstrado que são essencialmente as pessoas com baixos salários que continuam a sofrer de uma maior incidência de doenças. Na maior parte dos casos, são as mulheres indígenas e as mulheres de ascendência africana as principais afectadas pelas discriminações profissionais e salariais e que são estigmatizadas. Apesar de terem a taxa mais elevada de fertilidade, as mulheres indígenas têm também a **taxa de mortalidade** mais elevada e é entre as crianças indígenas que se regista a taxa mais elevada de mortalidade infantil. A desigualdade e a exclusão estão também cada vez mais ligadas ao **aumento da violência e do crime**.

Está provado que os países com grandes desigualdades sociais são menos resistentes às **crises económicas**. Frequentemente, a sua vulnerabilidade a várias recessões económicas resulta num aumento da pobreza, através do desemprego, das reduções salariais ou de mudanças nos preços relativos.

Além disso, há uma informação inadequada sobre os excluídos. Essa **"invisibilidade"** contribui igualmente para a sua exclusão. Não é que surpreendente que a região esteja mais familiarizada com a diversidade da sua política industrial do que com a diversidade dos seus cidadãos. Há que melhorar os esforços de recolha de dados relacionados com identificação da população indígena a fim de acompanhar o progresso. Uma vez que os socialmente excluídos não estão representados, não têm voz nem influência no processo de decisão. Consequentemente, não têm influência na concepção das reformas estruturais.

Embora os países da América Latina tenham feito progressos significativos na estabilização das suas economias, os problemas da exclusão social e da desigualdade ainda não foram inteiramente resolvidos. Há que facultar à população indígena um melhor acesso aos serviços sociais e de saúde. Há que introduzir programas de ensino bilingues e biculturais. Os governos e as autoridades competentes têm de tomar medidas com vista ao estabelecimento de um diálogo com representantes dos grupos excluídos, nomeando representantes desses grupos para posições-chave no governo.

Os problemas que se colocam à Europa de hoje e às suas economias são significativos. Defrontamo-nos com uma forte concorrência económica num mundo cada vez mais globalizado. A par do desafio que representam os EUA e o Japão, há economias emergentes, como, por exemplo, a China, que se encontram em rápido progresso. Entretanto, a Europa começa a debater-se com o envelhecimento da população, regulamentações inflexíveis e custos cada vez mais elevados acompanhados por baixos níveis de crescimento, de produtividade e de criação de emprego.

O Conselho Europeu de Lisboa, realizado em 2000, identificou um conjunto de objectivos a atingir para que a Europa se possa tornar **"no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social"**, até 2010. Concretamente, os governos europeus comprometeram-se a envidar esforços para atingir um novo objectivo estratégico, cuja consecução requer uma modernização do modelo social europeu, investindo nas pessoas e combatendo a exclusão social. Tal é essencial para preservar os valores sociais europeus de solidariedade e justiça, melhorando simultaneamente o nosso desempenho económico. Esta nova política social não

visa harmonizar as políticas sociais. Visa atingir objectivos europeus comuns e reforçar a coordenação das políticas sociais no contexto do mercado interno.

Desde a Estratégia de Lisboa, acordada em 2000, a União **alargou-se** e a sua economia enfraqueceu. A população tornou-se mais céptica, e a situação dos grupos vulneráveis tornou-se mais difícil. A população europeia registou um aumento de 20%, ao passo que o PIB europeu apenas aumentou 5%. Além disso, os novos Estados-Membros caracterizam-se por fortes disparidades regionais, concentrando-se a riqueza num pequeno número de regiões. Por exemplo, na UE dos 25, a taxa média de emprego registou um decréscimo de quase 1,5% em consequência do alargamento. A taxa de desemprego de longa duração na UE dos 25 situa-se em 4%, por confronto com 3,3% na UE dos 15. Nestas circunstâncias, se a União Europeia quiser ser bem sucedida na sua resposta a estes desafios, necessita urgentemente de uma **forte coesão social**.

A Estratégia de Lisboa **não requer um financiamento adicional**. Requer uma **reorientação** da despesa pública para melhorar a sua eficácia. O emprego deverá ser colocado no centro da agenda social.

Agora estamos **a meio caminho** da Estratégia de Lisboa, e os resultados são assaz insatisfatórios. A União Europeia e os próprios Estados-Membros contribuíram claramente para abrandar os progressos, não agindo com a urgência necessária. Ao que parece, em 2000, foram identificadas **demasiadas prioridades**, cuja realização se tornou demasiado confusa e complexa para os Estados-Membros. Lisboa queria tudo e acabou por ser, na realidade, nada. A agenda estava sobrecarregada, a coordenação não foi suficientemente eficaz e as prioridades eram contraditórias. Por esse motivo, temos que **recentrar** a agenda de Lisboa no crescimento e no emprego através **menos prioridades mais claras**. Os Estados-Membros devem assumir um maior empenho e responsabilidade em relação à agenda de Lisboa. A Comissão Europeia deve estar preparada para identificar e censurar os que falharam e elogiar os que foram bem sucedidos.

A actual **taxa de emprego** na União Europeia está ainda muito aquém dos objectivos definidos em Lisboa. Existem sinais de escassez de mão-de-obra e de lacunas em matéria de qualificações que ameaçam limitar a nossa capacidade de crescimento. Existem demasiadas barreiras que desencorajam as pessoas de entrar no mercado de trabalho ou limitam a sua mobilidade, uma vez dentro do mercado de trabalho. Muito embora tenham sido criados muitos novos postos de trabalho, cerca de 14 milhões de pessoas estão actualmente no desemprego. A estratégia de Lisboa apela ao aumento da taxa de emprego: 67% até 2005 e 70% até 2010. Impõe-se igualmente um aumento progressivo de cerca de 5 anos na idade em que, em média, as pessoas atingem efectivamente a reforma. Acresce que o nível de emprego é ainda relativamente baixo em determinadas actividades, como sejam os serviços. A participação das mulheres e determinados grupos, nomeadamente os idosos e os deficientes, é demasiado baixa. Convém salientar que o desemprego constitui a principal causa da pobreza. Um emprego é, assim, a melhor protecção contra a exclusão social.

Todavia, o emprego não resolve, por si só, todos os problemas. Temos que **investir nas pessoas**, oferecer-lhes oportunidades reais de se prepararem para condições de trabalho em rápida mutação. No que se refere à introdução das novas tecnologias, designadamente a Internet, a Europa regista ainda um atraso em relação aos Estados Unidos.

São ainda necessárias acções em favor dos jovens, a fim de reduzir o **desemprego juvenil**, que actualmente é ainda demasiado elevado. Precisamos de uma melhor formação profissional, de desenvolver a aprendizagem e de uma mobilidade acrescida dos estudantes, professores e formandos. Acresce que muitos jovens têm dificuldades em conciliar o trabalho com a vida familiar.

Outro domínio problemático, que não era patente em 2000, é o **envelhecimento da população**. Duas forças, o decréscimo das taxas de natalidade e o aumento da esperança de vida, estão a interagir, produzindo uma mudança radical no tamanho e na estrutura etária da população europeia. Prevê-se que, até 2050, a população em idade activa (15 a 64 anos) sofra uma redução de 18%, por confronto com a actual, e que o número das pessoas com mais de 65 anos aumente 60%. Tal terá implicações cruciais para a economia europeia e exercerá pressão sobre os sistemas de pensões e de segurança social. O envelhecimento dará origem a um aumento da procura em matéria de pensões e cuidados de saúde, ao mesmo tempo que reduzirá o número de pessoas em idade activa para produzir a riqueza necessária.

Para promover a inovação e a economia baseada no conhecimento e fornecer às empresas a mão-de-obra de que necessitam, há que modernizar os nossos **sistemas de educação e formação profissional**, incentivar a aprendizagem ao longo da vida e reforçar a interacção entre empresas, escolas e universidades. A ciência em geral é subvalorizada, e as condições para os cientistas e investigadores não são competitivas.

A União Europeia criou **agências** que operam no domínio social. A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, em Dublin, a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, em Bilbao, o Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, em Viena, o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, em Salónica, e a Fundação Europeia para a Formação, em Turim, podem prestar um contributo valioso para a política social. Lamentavelmente, todas as agências estão sediadas nos antigos Estados-Membros. Todavia, está a ser actualmente constituído o Instituto Europeu para a Igualdade dos Géneros, e prevê-se que a sua sede ficará situada num dos novos Estados-Membros. Tal contribuirá igualmente para "colmatar o fosso" entre os 10 e os 15 Estados-Membros.

A promoção do crescimento e do emprego na Europa é o **próximo grande projecto europeu**. Nem todas as reformas estão a progredir ao ritmo que desejaríamos; mas, apesar de todas as fraquezas, a Europa tem todas as razões para encarar de forma positiva o seu potencial económico. Criámos um modelo social único, e a Europa alargada dispõe de todo o potencial para assegurar a sua prosperidade futura e o crescimento económico. É por esse motivo que temos que partilhar as nossas ideias e experiências e debater os problemas com que nos deparámos ao implementar as nossas reformas. A nossa experiência na União Europeia talvez possa servir de novo ímpeto às reformas sociais nos países da América Latina. Assim sendo, considero que o diálogo contínuo e o intercâmbio das melhores práticas serão muito úteis nos domínios da política social, da protecção social e da exclusão social, tanto para a União Europeia como para os países da América Latina.

Muchas gracias.